



Cultura e mulher

*uma trajetória de crise, instabilidade
e resistência no Estado brasileiro*

*Fernanda Argolo Dantas¹
Hanayana Brandão Guimarães Fontes Lima²*

-
- 1 Doutoranda e mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA, vinculada ao grupo de pesquisa Miradas. *E-mail* : nandaargolo@gmail.com
 - 2 Doutoranda e mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Professora dos cursos de Cinema e Vídeo, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade de Tecnologia e Ciências. *E-mail*: hanayana@hotmail.com

RESUMO

A extinção do Ministério da Cultura, a ausência de mulheres na composição do primeiro escalão do governo interino em meio a um processo de *impeachment* da primeira presidente brasileira e a recusa de cinco mulheres para assumir a Secretaria de Cultura são os pontos de partida deste artigo. Dedicado a realizar uma reflexão sobre a dificuldade de institucionalização da Cultura no Estado brasileiro e a interseção entre mulheres e políticas culturais. A análise baseada em pesquisa documental debruça-se sobre a instabilidade da pasta da Cultura ao longo da história, as relações entre mulheres e poder, com ênfase no período em que o ministério foi comandado por duas mulheres, Ana de Hollanda e Marta Suplicy, entre janeiro de 2011 a novembro de 2014.

Palavras-chave: *Cultura. Mulheres. Ministério da Cultura. Política Cultural.*

ABSTRACT

The Culture Ministry dissolution, the absence of women in the cabinet of the interim government in the middle of Brazil first female president impeachment, and the women refusal to take over the management of Culture Office, is the ground zero of this paper that proposes a reflection about the institutional gap of Culture policies in the Brazilian State, and the intersection between women and cultural policies. The analysis based on documentary research focuses on the instability of the Culture Ministry throughout history, the relations between women and power, with emphasis on the period in which the ministry was led by two women, Ana de Hollanda and Marta Suplicy, among January 2011 to November 2014.

Keywords: *Culture. Women. Culture Ministry. Culture Policie.*

MINISTÉRIO DA CULTURA, UM BREVE HISTÓRICO

A inauguração efetiva das políticas nacionais de cultura no Brasil acontece a partir de duas experiências praticamente simultâneas. A primeira delas ocorre quando Gustavo Capanema comanda o Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 a 1945 e, a segunda experiência é a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938). O Brasil só ganhou uma pasta exclusiva para Cultura em 1985, durante o governo de José Sarney. Entretanto, a institucionalidade da cultura no Brasil se delineia e se expande de modo significativo durante o período militar, através da criação de diversos órgãos, estruturas, legislações específicas para artes, radiodifusão, cinema, e várias profissões culturais. A política cultural desta fase adquire fisionomias distintas ao longo do regime, com períodos que alternam entre forte censura, tortura, prisão, perseguições, experiências de cultura marginais e a criação do primeiro plano Nacional de Cultura (1975) e de órgãos como Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Fundação Nacional das Artes (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976), Fundação Pró-Memória (1979) e a Secretaria de Cultura do MEC (1981). A política cultural praticada neste período buscava

encontrar na cultura uma forma de legitimação do governo. Um bom exemplo disso está nos pesados investimentos feitos para expansão e desenvolvimento da televisão brasileira, com a meta de atingir “corações e mentes” em todo o território brasileiro. Soma-se a isso também uma tentativa do Estado de amenizar as pesadas críticas da população diante da grave crise econômica, do crescimento da inflação e a concentração de renda no país.

Já no período democrático, Collor com uma proposta neoliberal extingue diversos órgãos da área cultural, a exemplo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Embrafilme, Fundação Pró-Memória, e novamente reduz o ministério a uma secretaria. Recriado em 1993 no governo de Itamar Franco, apenas dez anos depois, em 2003, no governo Lula, o Ministério da Cultura (MinC) passa por um processo de ampliação e de redesenho do seu escopo, com repercussão nacional e internacional. Durante o período em que Gilberto Gil e Juca Ferreira estiveram à frente da pasta, o MinC se fortaleceu e o diálogo com diversos setores do campo da Cultura foram consolidados. No entanto, o MinC volta a se fragilizar no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, sob a gestão das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy. As duas administrações são marcadas pela falta de projetos políticos para o setor, descontinuidade de políticas públicas e cortes orçamentários. (RUBIM, 2015) Após críticas do setor, a presidente resolve trazer Juca Ferreira para comandar novamente o Ministério da Cultura em 2015, no segundo mandato presidencial. O cenário já não era tão favorável ao ministro quanto em sua primeira gestão durante o governo Lula. Entre 2015 e maio de 2016, o MinC, apesar do corte orçamentário, promoveu encontros para debater as políticas culturais em todo o país, finalizou o projeto Política de Estado para a Música e os textos do decreto do Marco Civil da Internet. Com o afastamento de Rousseff da presidência, o Ministério é extinto e novamente recriado pelo governo interino. O Diário Oficial da União, publicado em 12 de maio de 2016, anunciava o primeiro ato documentado de Michel Temer como

presidente interino do Brasil: a oficialização de uma reforma ministerial que reduziu de 32 para 23 o número de ministérios. Entre os ministérios extintos estavam o Ministério da Cultura e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A pasta da Cultura foi reduzida a secretaria, incorporada ao Ministério da Educação e Cultura, passando a ser comandada pelo deputado federal pernambucano Mendonça Filho (DEM). As pautas conduzidas pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foram deslocadas para o Ministério da Justiça e Cidadania, chefiado por Alexandre de Moraes, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Adicionalmente as mulheres foram excluídas da lista de ministros do governo interino, e posteriormente aventadas como a melhor opção para o comando da Cultura.

As polêmicas e desdobramentos ocorridos a partir deste ato são o pano de fundo para elaboração deste artigo que se dedica a refletir sobre a dificuldade de institucionalização do Ministério da Cultura no Estado brasileiro e a interseção entre mulheres e políticas culturais. O texto retoma a relação entre mulher, poder e cultura, e de que modo o encontro entre mulher e cultura tratam em verdade do não reconhecimento de ambos na hierarquia política brasileira. Para tal, tratamos das relações entre mulheres e poder, com ênfase no período em que o ministério foi chefiado por mulheres, durante as gestões de Ana de Hollanda e Marta Suplicy, e na sequência apresentamos a instabilidade da pasta da Cultura ao longo da história. Para a elaboração da análise empregamos a modalidade pesquisa documental, em que o conceito de documento abarca, além de textos impressos, outras fontes de pesquisa, tais como vídeos, fotografias e áudios, que possuam valor informativo ou elucidativo para as questões que mobilizam o investigador. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) Ou seja, documentos oficiais, entrevistas e notas da imprensa, foram analisados a partir de referências da Ciência Política, Sociologia e Políticas Culturais.

MULHER, POLÍTICA E CULTURA

Antes de tratarmos especificamente da relação entre indicação de mulheres ao Ministério da Cultura e a instabilidade da pasta de cultura, é importante entender a relação histórica que se estabeleceu entre mulheres e cultura, e os desafios para a participação das mulheres no espaço político.

Algumas rainhas europeias são particularmente vinculadas ao desenvolvimento das artes plásticas, música, dança e artes cênicas. O conjunto de manifestações artísticas foi amplamente apoiado pelo mecenato real, e algumas rainhas destacam-se pelo grande apoio à produção artística de seus países. (WARNKE, 2001) Catarina de Médici, na França, seguindo o exemplo de seu sogro Francisco I, que apoiou artistas como Leonardo da Vinci, é reconhecida como patrona das artes. Foi responsável por um programa de patrocínios artísticos que durou trinta anos e presidiu o que foi denominado de cultura renascentista francesa tardia que abarcou todos os segmentos artísticos. (KNECHT, 1998, p. 26) Na Inglaterra, a Rainha Elizabeth I foi reconhecida pelo apoio às artes cênicas, protegendo os espetáculos populares da censura puritana do reino. Foi um tempo de expansão e desenvolvimento do teatro inglês, marcado ainda pela inauguração do primeiro teatro londrino, o Globe, sob a responsabilidade da companhia “The King’s Men” do escritor William Shakespeare. (ALENCAR, 2007)

Longe da realeza, entretanto, a possibilidade de atuação e interferência das mulheres no espaço político e nas políticas públicas de qualquer natureza historicamente foi muito limitada. Apartadas em duração secular do espaço público as mulheres até nossos dias apresentam um déficit histórico de capital político,³ o que compromete seu desenvolvimento no campo político.⁴ Mesmo após

.....
3 O conceito de capital político refere-se à legitimidade do indivíduo para atuar no campo político.

4 O campo político, conforme Bourdieu (2011), expressa um campo de forças e de lutas que exige de seus agentes determinados saberes e o aprendizado dos costumes e regras que

as mudanças na legislação que autorizavam a participação política das mulheres, o quadro de representação política feminina jamais se aproximou em termos numéricos do quadro de homens nos espaços da política institucionalizada. O que se observa em termos estruturais é que diferentes entraves⁵ impedem não apenas a entrada das mulheres no campo político bem como o desenvolvimento de suas carreiras na política.

É preciso destacar ainda que a participação de mais mulheres nos espaços políticos revelou a disputa pela manutenção do *status quo* e a tentativa de reprodução dos papéis sexuais na divisão dos assuntos públicos, com as mulheres vinculadas a pastas de caráter assistencialistas, e de menor prestígio hierárquico. (PATEMAN, 1980) Conforme esclarece a pesquisadora Luana Pinheiro (2007, p. 133-134): “a maneira como as mulheres atuam nesse espaço pode ameaçar a posição até então consolidada dos homens, impulsionando outras manifestações simbólicas cujo objetivo é colocar as mulheres de volta aos seus lugares tradicionais”. Deste modo as comissões e cargos de maior visibilidade são tradicionalmente ocupados pelos homens, e o processo de alteração desse quadro requer o fortalecimento da representação política feminina.

A propósito, recordamos que desde o seu primeiro mandato, iniciado em 2010, Dilma Rousseff manifestou o desejo de constituição de um gabinete paritário, a exemplo do que foi feito pela presidenta chilena Michelle Bachelet. Esta meta inicial foi rejeitada e reduzida para 30%, o que também não se cumpre devido às

ali operam. Por isso, existem, segundo o sociólogo, algumas condicionantes que limitam o acesso dos indivíduos, de modo geral, ao campo. A primeira condição é tempo livre para a ação política, seguidos de educação e recursos financeiros. Neste sentido, para o sociólogo, a participação das mulheres no campo político é prejudicada, visto a divisão sexual do trabalho, o menor nível escolar e financeiro.

- 5 A divisão sexual do trabalho com dupla jornada para as mulheres reduz suas perspectivas de participação política e o avanço na carreira, uma vez que há uma divisão do tempo entre o espaço público e as atividades domésticas e familiares. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 671) As dificuldades econômicas de financiamento das campanhas femininas e de apoio na estrutura partidária também fazem parte da lista de entraves para o crescimento da atuação das mulheres na política institucional. (ARAÚJO, 2001)

dificuldades dos partidos que compunham a base do governo para indicar mulheres aos ministérios. (GALINDO, 2010) Em alguns partidos da aliança isso se expressava pela ausência de mulheres nos seus quadros, mas a maior resistência era de outra natureza. O jornal *Estado de Minas*, de 10 de dezembro de 2010, abordou em reportagem as negociações da presidenta para conseguir indicar mais mulheres ao primeiro escalão do governo. “O problema é que os partidos resistem em abrir mão de seus quadros masculinos para ajudá-la a cumprir a meta de preencher 30% da Esplanada com companheiras”. (PARIZ, 2010) A mesma nota reforçou que a Cultura e o Meio Ambiente faziam parte da cota pessoal da presidenta, tornando mais fácil uma indicação feminina. Entretanto, observou o repórter, havia um *lobby* pela permanência de Juca Ferreira que poderia atrapalhar a indicação de Anna de Hollanda. Apesar de não atingir a paridade no ministério o governo Dilma Rousseff,⁶ considerados os dois mandatos foi o que teve o maior número de mulheres no primeiro escalão: dezoito.

Em relação às indicações femininas para o MinC, já no primeiro mandato a imprensa brasileira especulava sobre a intenção da presidenta Dilma Rousseff de indicar uma mulher para a Cultura, apesar das dificuldades nas negociações de cargos com os partidos da aliança. (NOME..., 2010; PARIZ, 2010) Não é evidenciado nos textos acessados, entretanto, a relação que a presidenta estabeleceu entre o gênero mulher e a pasta da Cultura. A inferência possível é que para cumprir a meta de ter mais mulheres nos ministérios Dilma Rousseff optou por indicá-las nas pastas de sua cota

.....

6 É importante pontuar que a dificuldade para indicações femininas encontrada por Dilma Rousseff está ancorada na baixa participação das mulheres na política institucionalizada pelos fatores já apontados. Note-se que no Brasil, as mulheres representam a maioria do eleitorado, mas estão sub-representadas em todos os cargos eletivos. O país ocupa o 153º lugar em representação feminina parlamentar, conforme *ranking* da Inter-Parliamentary Union (2017), atrás de todas as nações latino-americanas e de outros países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique. A atual bancada feminina na Câmara Federal representa apenas 9,99% do total da Casa, com 51 deputadas para 462 deputados. No Senado, há 12 senadoras, entre as 81 cadeiras.

pessoal, consideradas as já apontadas dificuldades de indicação de mulheres ao primeiro escalão.

A escolhida à época foi a cantora e gestora cultural Anna de Hollanda, que havia dirigido o Centro de Música da Funarte de 2003 a 2007. Após alguns desgastes com agentes do setor cultural e com o próprio governo, Hollanda foi substituída durante a reforma ministerial de 2012 pela senadora Marta Suplicy. Iniciava-se deste modo a primeira experiência de mulheres à frente do Ministério da Cultura do Brasil. Gestões conturbadas que marcaram um período de enfraquecimento do MinC e descontinuidade de políticas culturais. (RUBIM, 2015)

No segundo mandato, pressionada pelo setor cultural, a presidenta Dilma resolveu trazer de volta ao comando do Ministério, o ex-ministro Juca Ferreira, que já havia comandado o ministério entre 2008 e 2010.

AS GESTÕES DE ANA DE HOLLANDA E MARTA SUP LIC Y

Conforme mencionado, nos seis anos em que esteve à frente da Presidência da República, Rousseff nomeou três ministros na pasta da Cultura: Ana de Hollanda (2011–2012), Marta Suplicy (2012–2014) e Juca Ferreira (2014–2016), distribuídos entre seus dois mandatos. Este texto investiga especificamente sua primeira gestão, comandada na maior parte do tempo por duas mulheres e marcada pela “perda simbólica e efetiva de poder da cultura e de sua centralidade política” como observou Calabre (2015). Para a pesquisadora, a significativa diminuição de capital simbólico do ministério pode ser percebida pela demora para a escolha do ministro que ocuparia a pasta, ausência de critérios e projetos políticos para o setor, pelos projetos de lei que não tiveram andamento, projetos que foram abandonados ou tiveram seus processos de implementação interrompidos. De acordo com Rubim (2015, p. 17) cabe ainda observar que,

Manter conquistas, superar lacunas e consolidar as inovadoras políticas culturais deveriam ser metas do primeiro governo Dilma no campo da cultura. As ambiguidades e dificuldades apresentadas pelas gestões ministeriais de Ana de Hollanda e Marta Suplicy, em angulações distintas, dificultaram e até bloquearam tais caminhos. As descontinuidades e mesmo as continuidades das políticas desenvolvidas abrangeram muitas e diferentes áreas de formulação e atuação do Ministério.

O autor acredita que a abrangência adquirida pelo Ministério da Cultura durante a gestão do presidente Lula representava um desafio significativo para o novo gestor, pois era necessário consolidar o trabalho anteriormente realizado, que levou o ministério a um patamar nacional e internacional nunca antes vivenciado em sua história, bem como a adoção de noção mais ampla de cultura. Para ele era necessário acolher as novas demandas da sociedade e dar continuidade a projetos estratégicos que eram centrais como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Plano Nacional de Cultura (PNC), a política nacional de financiamento e o Programa Cultura Viva, dentre outros. Rubim destaca, entretanto, que apesar da instabilidade das gestões Ana de Hollanda e Marta Suplicy, medidas estruturantes e de grande impacto foram mantidas ou continuadas, a exemplo do PNC e do SNC, e outras foram potencializadas como a interação entre cultura e educação e a incorporação da área de economia criativa. Assim, a primeira gestão da presidenta Dilma no campo cultural foi marcada pela “dramática convivência de continuidades e rupturas”. (RUBIM, 2015, p. 18)

A primeira mulher nomeada para a pasta da Cultura, Ana de Hollanda, é cantora e compositora, registra em seu currículo passagens por vários setores da gestão cultural, entre eles a Secretaria Municipal de Cultura de Osasco, na grande São Paulo, entre 1986 e 1988. Antes de ser nomeada ministra, cargo no qual permaneceu entre janeiro de 2011 até setembro de 2012, Ana de Hollanda já

tinha feito parte dos quadros do Ministério da Cultura durante o governo do presidente Lula, entre 2003 e 2007, quando atuou como diretora do Centro de Música da Funarte, na gestão de Antônio Grassi. Foi responsável por coordenar um dos projetos de maior repercussão voltado à música popular brasileira – o Projeto Pixinguinha, além de ter participado da organização das câmaras setoriais da música com a estrutura proposta pelo Gilberto Gil, enquanto ocupava o Ministério da Cultura. Também passou pelo Museu da Imagem e Som, em São Paulo, quando recebeu o convite da presidenta Dilma para assumir a pasta da cultura.

A indicação do nome de Ana de Hollanda como ministra da Cultura dividiu opiniões. Na análise que faz sobre as políticas culturais brasileiras entre 2011 e 2014, a pesquisadora Lia Calabre (2015) destaca que muitos atores envolvidos nos diálogos estabelecidos desde 2003 estavam insatisfeitos com a indicação. Segunda ela, “tal sentimento se estende tanto à área da gestão pública em cultura quanto aos grupos da sociedade civil, ou ainda a muitos dos segmentos dos produtores culturais e artistas”. (CALABRE, 2015, p. 37) Entretanto, a autora não esclarece o motivo destes descontentamentos. Por sua vez, o jornal *Folha de São Paulo*, publicou algumas opiniões favoráveis à nova ministra:

‘Foi uma escolha feliz e oportuna’, diz o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto, liderança na articulação política do setor de cinema. ‘Ela tem uma compreensão moderna da cultura e não faz parte de jogos de cartas marcadas.’ Mesmo quem aderiu ao movimento ‘Fica Juca’ considerou boa a opção. ‘O que não queríamos é uma indicação política, que colocasse no ministério alguém sem ligação com o setor’, diz Pena Schmidt, diretor do Auditório Ibirapuera. (NOME..., 2010)

O fato é que quando Ana de Hollanda foi indicada para assumir a pasta, existia uma série de pressões, inclusive dentro do próprio

Partido dos Trabalhadores (PT), para a permanência de Juca Ferreira, como assinalou Barbalho (2016).

Ana de Hollanda esteve envolvida em várias polêmicas, a maior parte delas ligadas ao setor dos direitos autorais. Como uma de suas primeiras ações, abriu uma “trincheira de luta com os defensores da flexibilização dos direitos autorais e com os militantes da cultura digital”. (CALABRE, 2015, p. 35) A atitude de remover as licenças de Creative Commons do *site* do Ministério da Cultura foi só o início de um enorme conflito, que apontava uma posição antagônica ao governo anterior. A proposta de uma nova revisão para lei dos direitos autorais depois do texto já ter sido submetido a consulta pública, passado por diversos fóruns e revisão colocou ainda mais lenha na fogueira. Culminando com o envolvimento da ministra na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Calabre (2015, p. 38) chama atenção para o fato da gestão privilegiar o mercado e as linguagens artísticas, em contraponto a adoção de ações que visassem “um escopo mais ampliado do conceito de cultura e da valorização da participação social”.

A ministra realizou um redesenho na estrutura do ministério criando a Secretaria da Economia Criativa (SEC) responsável por um trabalho pioneiro na área, com destaque para elaboração do Plano Brasil Criativo. O trabalho reuniu esforços de 11 ministérios, centralizados a partir da Cultura, sendo, portanto, um exemplo muito interessante de transversalidade da cultura. A área foi enfraquecida, no entanto, e a secretaria extinta na gestão de Juca.

Outro arranjo organizacional reuniu a Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) com a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), criando a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). Em termos estruturantes merecem destaque dois aspectos. A aprovação das metas do Plano Nacional de Cultura e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, importantes instrumentos para

ampliação da participação social, bem como do pacto federativo na área da cultura.

A gestão de Ana de Hollanda teve como principais pontos de tensão as políticas de direitos autorais e culturas digitais; a dificuldade de diálogo com os Pontos de Cultura; e a falta de desenvolvimento de políticas para as artes. Essas lacunas revelavam a ausência de um projeto claro para o setor cultural. Como pontos positivos podemos destacar a inauguração da Economia da Cultura nas políticas culturais brasileiras, avanços estruturantes no Sistema Nacional de Cultura, e a aprovação das metas do Plano Nacional de Cultura. A ministra foi um personagem de muitas polêmicas desde sua nomeação, o que gerou intenso desgaste de sua imagem e mal-estar para o Governo, resultando em sua saída do cargo em setembro de 2011.

Como sucessora, foi escolhida a senadora Marta Suplicy, uma pioneira na luta pela maior participação política das mulheres, e reconhecida formuladora de políticas públicas para mulheres. Graduada em Psicologia, Marta foi apresentadora de televisão, sexóloga e tem ampla experiência na vida política brasileira. É uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, ao qual esteve afiliada entre 1981 a 2015. Foi deputada federal, prefeita da cidade de São Paulo, ministra do turismo na segunda gestão do presidente Lula, senadora e a primeira vice-presidente mulher do Senado Federal. É dela projetos de lei que buscam obrigar os partidos políticos a terem 30% de suas vagas destinadas às mulheres. Marta também propôs projetos pela legalização do aborto. Quando assume a pasta da Cultura, já tem um vasto capital político acumulado, aspecto decisivo para o avanço e aprovação de projetos estavam pendentes no Congresso Nacional, a exemplo do Sistema Nacional de Cultura, conduzido por ela à aprovação ainda enquanto senadora, já indicada para o Ministério da Cultura. A aprovação do Vale-Cultura, a Lei do Cultura Viva, reformulações da chamada Lei do ECAD, Marco Civil na Internet e PEC da Música são alguns dos marcos da gestão Marta. Outro ponto

relevante da gestão foi a maior aproximação da área de educação com a implantação de projetos em parceria com o Ministério da Educação como o Mais Cultura nas Escolas.

A ministra priorizou ações de curto prazo e demonstrou desconhecimento de algumas dinâmicas específicas da cultura, alterando estruturas centrais na gestão como a Secretaria de Articulação Institucional e o Instituto Brasileiro de Museus, o que trouxe prejuízos consideráveis para a continuidade de algumas políticas.

A área de Economia Criativa recebeu apoio durante sua gestão através de projetos como o Observatório de Economia da Cultura e Incubadoras Brasil Criativo. Destaca-se ainda a incorporação de segmentos excluídos dos projetos do ministério, a exemplo da entrada do setor de moda na Lei de Incentivo.

Em outra frente, a ministra lançou editais de fomento para demandas sociais de grupos afro descendentes, específicos para grupos da região Amazônica, e editais visando o intercâmbio internacional e nacional. Merece destaque também os cursos de capacitação para gestores culturais que passam a incorporar temáticas como empreendimentos criativos, fomentando o desenvolvimento de iniciativas de longo prazo.

A grande crítica à gestão da ministra Marta está centrada na ausência do esforço de construção de uma política cultural efetiva. O que ocorreu, na maior parte das ações, foi um processo de continuidade, mas também de esgotamento, de projetos de políticas que haviam sido elaborados há mais de uma década. As discussões aprofundadas sobre a renovação dos projetos políticos e as visões de futuro foram proteladas, em sua maioria, em detrimento de ações pontuais e focadas em situações conjunturais favoráveis. (CALABRE, 2015, p. 42)

Marta Suplicy divulgou uma carta entregando o cargo de ministra da Cultura no dia 11 de novembro de 2014, criticando abertamente a equipe econômica do governo Dilma. Em 28 de abril de 2015, após

34 anos de militância, Marta deixa⁷ o PT com duras críticas ao partido. Em um documento com quatro páginas, a senadora explicou os motivos de sua saída e foi veemente ao tratar os episódios de corrupção. No mesmo dia o PSB⁸ chegou a anunciar sua filiação para lançar sua candidatura à prefeitura de São Paulo, mas Marta acabou se filiando ao PMDB⁹ e em 2016, concorreu à prefeitura da cidade de São Paulo, cargo que já havia exercido entre 2000 e 2004.

A decisão de deixar o PT foi o desfecho de uma crise que começou na campanha presidencial de 2014, quando Marta foi preterida pela sigla na disputa pelo governo paulista. O candidato escolhido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ela já havia sido preterida por Lula na disputa pela prefeitura em 2012, quando o escolhido foi Fernando Haddad. (VENCESLAU; GALHARDO, 2015)

Marta Suplicy (PMDB) disputou a prefeitura de São Paulo com Fernando Haddad (PT), Celso Russomano (PRB),¹⁰ Luiza Erundina (PSOL),¹¹ e João Doria,¹² (PSDB)¹³ que foi o primeiro candidato a vencer no primeiro turno as eleições para a prefeitura de São Paulo desde 1992, quando as eleições passaram a ter dois turnos. João Doria derrotou três candidatos que já foram prefeitos da maior cidade brasileira: Fernando Haddad, Marta Suplicy e Luiza Erundina. Depois de ficar em quarto lugar na disputa, Marta Suplicy retornou ao senado, politicamente enfraquecida.

-
- 7 Outras mulheres emblemáticas também deixaram o PT, a exemplo da deputada Luiza Erundina (PSB), a ex-ministra Marina Silva e a ex-senadora Heloísa Helena.
 - 8 Partido Socialista Brasileiro (PSB).
 - 9 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
 - 10 Partido Republicano Brasileiro (PRB).
 - 11 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).
 - 12 João Doria (PSDB): 53,29% de votos (3.085.187); Fernando Haddad (PT): 16,70% (967.190); Celso Russomanno (PRB): 13,64% (789.986); Marta (PMDB): 10,14% (587.220) e Luiza Erundina (PSOL): 3,18% (184.000).
 - 13 Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Após as conturbadas gestões de Anna de Hollanda e Marta Suplicy, a presidenta resolve ainda no período eleitoral para a reeleição em 2014 chamar Juca Ferreira para retornar ao MinC em seu segundo mandato. Ele participou ativamente da campanha à reeleição de Rousseff como coordenador da área de Cultura do programa de Governo 2015–2018 apresentado aos eleitores.

Em janeiro de 2015, Juca Ferreira retorna ao MinC mas já em um cenário de crise política e econômica. Os cortes no orçamento do governo atingem amplamente o ministério e compromete o desenvolvimento dos projetos. Em seu retorno, Ferreira priorizou a proposta do ProCultura, projeto de financiamento cultural que substituiria a Lei Rouanet. Destacam-se ainda no curto período em que Juca Ferreira permaneceu no Ministério (janeiro de 2015 a maio de 2016): o edital, Política de Estado para a Música, que previa R\$ 100 milhões em crédito para o setor, a finalização dos textos do decreto de regulamentação do Marco Civil da Internet e o Programa de Cultura das Olimpíadas. Após a votação em favor do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o ministro Juca Ferreira foi exonerado e afirmou que não faria transição política “porque isso seria reconhecer a legitimidade desse governo”. (NÃO VOU..., 2016)

EXTINÇÃO E RECRIAÇÃO DO MINC NO GOVERNO INTERINO: PROCURA-SE UMA MULHER PARA A CULTURA

A notícia da decisão de extinção do Ministério da Cultura pelo governo Temer gerou um movimento de resistência do setor cultural e a ocupação dos prédios do Ministério da Cultura em diversos estados brasileiros.¹⁴ Artistas, estudantes, intelectuais, coletivos culturais, grupos de teatros, músicos e ativistas se revezaram na

14 Foram registradas ocupações em 21 prédios do MinC nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal. A ocupação permaneceu até o dia 25 de julho de 2016 quando liminar judicial atendeu ao pedido de reintegração de posse dos prédios requisitado pelo MinC à Justiça Federal.

crítica à decisão do Governo e promoveram uma intensa campanha pelo retorno do MinC e pela saída de Michel Temer da presidência. Com uma programação cultural envolvendo as mais variadas linguagens artísticas, os espaços ocupados sediaram apresentações célebres como a que reuniu na sede do Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, Erasmo Carlos e Caetano Veloso, ícones de dois movimentos musicais brasileiros significativos, a Jovem Guarda e a Tropicália respectivamente. O movimento também ganhou repercussão nas redes sociais, através das *hashtags*: #ficaminc, #omincénosso, #ocupaminc.

Em carta ao presidente interino, artistas vinculados ao setor musical reconstituíram o histórico da instituição, fundação no governo Sarney (1989), descontinuidade no governo Collor (1990) e retorno do MinC no governo Itamar Franco (1993), ressaltando a importância da estrutura para o avanço da cultura nacional e para o desenvolvimento da economia criativa. O texto chama atenção para a dificuldade de conciliar os desafios da cultura aos do ministério da Educação, e ressalta a preocupação com a descontinuidade de políticas culturais. (EM CARTA..., 2016)

A pressão dos setores organizados da cultura surtiu efeito e, no dia 21 de maio de 2016, o ministro Mendonça Filho anunciou a recriação do MinC através de sua conta pessoal no Twitter: “A decisão de recriar o MinC é um gesto do presidente Temer no sentido de serenar os ânimos e focar no objetivo maior: a cultura brasileira”. (MENDONÇA FILHO, 2016) Associada à polêmica sobre a extinção do MinC, a decisão de não indicar mulheres ao gabinete ministerial, já mencionada, gerou outro desgaste de imagem ao governo interino. A ausência de ministras somada à redução da pasta dedicada às políticas especiais para mulheres a uma secretaria no organograma do Ministério da Justiça indicava um alijamento das mulheres do governo, situação que contrastava com a composição do governo Dilma Rousseff e também dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso. De forma emblemática foi a

primeira vez desde o governo Geisel (1974–1979) que as mulheres eram excluídas por completo de uma lista ministerial.

A opinião pública cobrou explicações de Michel Temer, que em entrevista ao programa Fantástico, em 15 de maio de 2016, contradisse a informação da ausência de mulheres, já que várias ocupariam cargos quase tão importantes quanto o de ministro, e que na reorganização dos ministérios haveria espaço para as mulheres nas secretarias. Neste sentido, Temer enfatizou: “para a cultura eu quero trazer uma representante do mundo feminino”. (TEMER, 2016) O presidente, entretanto, não explicou a correlação. A semana posterior à entrevista foi então marcada pela caça do governo a uma mulher que assumisse a Secretaria de Cultura do Governo Federal. Ao menos cinco mulheres foram sondadas para o cargo: a jornalista Marília Gabriela, a atriz Bruna Lombardi, a consultora de projetos culturais da Fundação Getúlio Vargas, Eliane Costa, a cantora Daniela Mercury e a pesquisadora Cláudia Leitão, ex-secretária de Cultura do Ceará e Secretaria de Economia Criativa durante a gestão de Ana de Hollanda. (FERNANDES, 2016; MICHEL..., 2016)

Todas negaram uma possível indicação, o que fez o presidente reconsiderar sua decisão. Os motivos para a recusa expõem a indignação das mulheres ao papel reservado para elas pelo governo interino, bem como demonstravam a reprovação a extinção do MinC. Daniela Mercury não se pronunciou oficialmente na imprensa sobre o convite, mas declarou em rede social sua reprovação à supressão do ministério:

A extinção do Ministério da Cultura vai gerar um retrocesso gigantesco para o país. A economia criativa é o setor que ganha mais investimentos nos países desenvolvidos, pois é o setor que mais cresce, que mais gera empregos. A cultura é a afirmação de um povo e sua maior contribuição pra [sic] humanidade. Aqui no planeta terra vivemos na era do conhecimento. Se o novo governo quer fortalecer a economia, a economia criativa é o caminho.

E esse caminho só devia nos levar adiante. Extinguir o MinC é andar anos-luz para trás. (MERCURY, 2016)

Bruna Lombardi alegou não ter pretensões políticas. Eliane Costa (2016) e Cláudia Leitão (2016) foram enfáticas na defesa do MinC e também no repúdio ao governo ilegítimo. A primeira afirmou que não trabalharia para “governo golpista”, nem seria “coveira do MinC”, já a segunda conclamou às demais mulheres a não aceitar o convite: “nenhuma mulher aceite esse convite e, dessa forma, contribua para a transfiguração do MinC em um apêndice do MEC”. Marília Gabriela explicou a recusa em entrevista coletiva sobre seu novo programa de tevê:

Apesar de eu ser uma pessoa ligada à Cultura, naquele momento eu estava sendo convidada simplesmente por ser uma figura midiática, espaçosa, e seria uma estampa em um governo que, em absoluto prestigiou a mulher. Agora, ainda estão colocando algumas mulheres em alguns cargos. Mas era só mesmo para fazer uma estampa. Eu não seria nada além disso. Não teria cabimento eu aceitar um convite desses. Eu tenho consciência de que eu não representaria nada além de uma imagem. Não sou política nem tenho intenção de ser. Eu seria apenas uma figura emblemática. Não fui preparada para ser gestora de uma secretaria desse porte. (MARÍLIA..., 2016)

As mulheres deste modo constituíram um movimento paralelo de resistência aos retrocessos da política cultural bem como repudiaram a flagrante misoginia do novo governo. A atriz Fernanda Montenegro, que havia sido convidada para comandar o MinC no governo Sarney, reforçou o coro das artistas que reprovaram a extinção do ministério. “Isso é uma tragédia. E o presidente interino vai pagar um preço alto por essa visão de um ministério que é sempre dotado de um orçamento miserável, mas é a base de um país”, afirmou Montenegro em entrevista. (AZEVEDO; ISENSEE, 2016)

Ressalte-se que parte daqueles que apoiavam o retorno do MinC também eram contrários ao governo interino, considerado por eles ilegítimo. Neste sentido o bordão “Fora Temer” foi amplamente entoado nos eventos de ocupação dos prédios do ministério e figurou como *hashtag* nos perfis em redes sociais de diferentes artistas e apoiadores do movimento “Fica MinC”.

Deste modo a negativa das mulheres convidadas entrou para a contabilidade de constrangimentos públicos do governo, que decidiu convidar o diplomata Marcelo Callero, que atuava como secretário de cultura da cidade do Rio de Janeiro. Seis meses depois Callero pediu demissão do ministério e acusou o secretário de Governo Geddel Vieira Lima de pressioná-lo a intervir para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) expedisse uma licença em favor de um empreendimento imobiliário em Salvador. Novamente o MinC protagonizava uma crise durante o governo Temer, reforçando a tradição da instabilidade que marca a vida das políticas culturais brasileiras. (RUBIM, 2007)

Em 2017, mais uma vez o Ministério da Cultura mudou de gestor. O senador Roberto Freire, que havia assumido a pasta após o escândalo Callero, pediu demissão do cargo em maio,¹⁵ e foi substituído pelo diretor da Ancine Sérgio Sá Leitão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões equivocadas e precipitadas do governo interino, tomadas no mesmo dia em que o Senado Federal aprovou o afastamento temporário da presidenta Dilma Rousseff, demonstravam a pouca relevância que os novos gestores do Planalto conferiam à pauta da Cultura, ao reduzir o MinC a uma secretaria do Ministério da Educação e, ao mesmo tempo revelavam a intenção de invisibilizar as mulheres dos espaços de poder. A extinção do Ministério das

.....
15 Roberto Freire pediu demissão do cargo após publicação pelo jornal *O Globo* da denúncia do empresário Joesley Batista que envolvia o presidente Michel Temer em recebimento de propina e corrupção passiva. (BARRETO, 2017)

Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi acompanhada da ausência de mulheres para o primeiro escalão do Governo, situação que parecia superada desde a indicação de Esther de Figueiredo Ferraz, em 1982, para o Ministério da Educação e Cultura do governo do último presidente militar, o general João Figueiredo. A medida destacou a fragilidade institucional da Cultura e das Políticas de Gênero na organização da administração pública brasileira, pensadas como aparatos de menor importância, facilmente descapitalizados e desmembrados ao primeiro sinal de crise econômica. O convite às mulheres expunha em verdade o olhar de deslegitimação dupla conferida pelo governo interino ao setor da cultura e à equidade de gênero. A resolução dos problemas para o governo interino seria, em sua concepção de gestão, a união dos politicamente desimportantes.

Em contrapartida o episódio da extinção do MinC revelou uma maior disposição social e conscientização da importância da cultura para o desenvolvimento do país. O movimento de resistência “FicaMinC” fortaleceu não apenas a reivindicação pelo retorno do ministério, mas fundamentalmente lançou na agenda pública o debate sobre a importância da Cultura para o Estado brasileiro. Durante oito dias, espaço entre a decisão da extinção e a volta atrás da decisão pelo governo interino, o debate sobre a cultura figurou como destaque nos principais veículos do país, mobilizou columnistas e passou a *trend topics* nas redes sociais.

Ressalte-se ainda a resistência das mulheres ao jogo do poder pelo poder. De modo resiliente, as mulheres convidadas para ocupar a Secretaria da Cultura atuaram com lisura pelo retorno do ministério, e opuseram-se a participar de um governo que excluiu as mulheres de sua composição. As convidadas não apenas negaram-se a participar do jogo de cena como expuseram a farsa e lutaram para que ela não prosperasse.

Em outra perspectiva, é preciso destacar que usar a categoria gênero como critério de escolha de ministro para a Cultura jamais resolverá

a instabilidade institucional da pasta e seu baixo reconhecimento na estrutura política do Estado brasileiro. As gestões de Anna de Hollanda e Marta Suplicy deixam claro que, para além do gestor ou seu gênero, o problema central da pasta da Cultura é a ausência de um projeto consistente de Estado para a área que seja de fato apoiado pelo núcleo central do governo e pelas casas legislativas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, V. P. de. Teatro no Renascimento (2): Inglaterra de Shakespeare se destaca. *Uol Educação*, [S.l.], 29. jan. 2007. Pesquisa escolar, Artes. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/teatro-no-renascimento-2-inglaterra-de-shakespeare-se-destaca.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 9, n. 1, p. 231-252, 2. sem. 2001.

AZEVEDO, L.; ISENSEE, F. Fernanda Montenegro sobre o fim do MinC: “o presidente vai pagar um preço alto”. *Extra*, Rio de Janeiro, 18 maio 2016. TV e Lazer. Disponível em <<http://extra.globo.com/tv-e-lazer/fernanda-montenegro-sobre-fim-do-minc-presidente-vai-pagar-um-preco-alto-rv1-1-19331596.html#ixzz4eo0M6Jzg>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BARBALHO, A. O MinC e a gestão Ana de Hollanda: mobilização e crise na política e no campo da cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 7., 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 115-127. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BARRETO, E. Ministro da Cultura pede demissão do cargo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 maio 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-da-cultura-pede-demissao-do-cargo-21359538>>. Acesso em: 4 set. 2017.

BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-48.

COSTA, E. [Texto publicado no Facebook]. 17 maio 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/eliane.costa.12532364>>. Acesso em: 18 maio 2016.

DANIELA Mercury é a quinta mulher a recusar o convite de Temer para a cultura. *Sul21*, Porto Alegre, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/daniela-mercury-e-a-quinta-mulher-a-recusar-convite-de-temer-para-a-cultura/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

EM CARTA aberta ao presidente Michel Temer, artistas pedem volta do Ministério da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/em-carta-aberta-ao-presidente-michel-temer-artistas-pedem-volta-do-ministerio-da-cultura-19297597#ixzz4eikG8RU9>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FALCÃO, M.; NERY, N.; CRUZ, V. Dilma escolhe irmã de Chico para chefiar cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2010. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2112201002.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

FERNANDES, M. Procura-se mulher para assumir Secretaria da Cultura. Tratar com: Michel Temer. *HuffPost Brasil*, [S.l.], 18 maio 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/18/mulher-secretaria-cultura-temer_n_10025204.html>. Acesso em: 18 maio 2016.

GALINDO, R. W. PT admite que Dilma reduzirá cota de mulheres. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pt-admite-que-dilma-reduzira-cota-de-mulheres-0honu58qbadfe5118mlu2p5qm>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in national parliaments*. Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

KNECHT, R. J. *Catherine de' Medici*. London: Longman, 1998.

LEITÃO, C. [Texto publicado no Twitter]. 16 maio 2016, 15:15. Disponível em: <<https://twitter.com/ClaudiaSLeitao>>. Acesso em: 20 maio 2016.

LEITÃO, C. *Cláudia Leitão: economia criativa, MinC e a recusa à Secretaria da Cultura do governo Temer*. Entrevistador: Claudio Machado. [S.l.]: Cultura de Valor, 2016. 1 gravação de áudio online (47 min 29 s). Disponível em: <<https://soundcloud.com/culturadevalor/claudia-leitao-economia-criativa-minc-e-a-recusa-a-secretaria-da-cultura-do-governo-temer>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MACKINNON, C. A. The liberal State. In: MACKINNON, C. A. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. p. 157-170.

MARÍLIA Gabriela explica recusa para ser secretária de Cultura: 'Eu seria apenas uma figura emblemática'. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 maio 2016. Viver. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/05/21/internas_viver,646017/marilia-gabriela-explica-recusa-para-ser-secretaria-de-cultura-eu-se.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MENDONÇA FILHO. [Texto publicado no Twitter]. 21 maio 2016, 09:59. Disponível em: <<https://twitter.com/mendoncafilho>>. Acesso em: 21 maio 2016.

MERCURY, D. [Texto publicado no Facebook]. 13 maio 2016, 14:15. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DanielaMercury/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MICHEL Temer busca nome de mulher para Secretaria de Cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 2016. País. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/05/15/michel-temer-busca-nome-de-mulher-para-secretaria-de-cultura/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010.

MORAES, C. A Cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal. *El País*, São Paulo, 18 maio 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html>. Acesso em: 19 maio 2016.

“NÃO VOU fazer transição política”, diz Ferreira em despedida do MinC. *O Tempo*, Belo Horizonte, 12 maio 2016. Política. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/n%C3%A3o-vou->

fazer-transi%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-diz-ferreira-em-despedida-do-minc-1.1298454>. Acesso em: 10 jul. 2016.

NOME é bem recebido pelo setor cultural. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2010. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2112201004.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PARIZ, T. Dilma pede ajuda para emplacar 12 mulheres em postos-chave do governo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 dez. 2010. Política. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2010/12/11/interna_politica,197635/dilma-pede-ajuda-para-emplacar-12-mulheres-em-postos-chave-do-governo.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PATEMAN, C. Women and consent. *Political Theory*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 149-168, May 1980.

PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RIBEIRO, D. *Entrevista Cláudia Leitão: “A extinção do MinC é nefasta para o Brasil”*. Capitu, [S.l.], 17 maio 2016. Disponível em: <<https://revistacapitu.com.br/claudia-leit%C3%A3o-a-extin%C3%A7%C3%A3o-do-minc-%C3%A9-nefasta-para-o-brasil-d60a57fb37e0>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-31.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

TEMER, M. *Em entrevista a Sônia Bridi, Michel Temer diz que não tentará reeleição*. São Paulo: G1, 15 maio 2016. Fantástico. 1 vídeo online (25 min 48 s), son., color. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/em-entrevista-a-sonia-bridi-michel-temer-diz-que-nao-tentara-reeleicao/5025938/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

VENCESLAU, P.; GALHARDO, R. Marta sai do PT com ataques ao partido. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2015. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marta-sai-do-pt-com-ataques-ao-partido,1677525>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

WARNKE, M. *O artista da corte: os antecedentes dos artistas modernos*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 2001.